

Sarney fará guerra pelo mandato

Recurso junto ao STF e dossiê contra os políticos serão as armas

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney vai abrir guerra para preservar o seu mandato, caso a Constituinte reduza de cinco para quatro anos o período de seu Governo. "Se querem guerra agora vão ter", disse, ontem, uma autoridade com o máximo acesso ao Presidente, ao confirmar para o **CORREIO BRAZILIENSE** que Sarney está mesmo decidido a lutar na Justiça pelo seu mandato.

A fonte explicou que requerendo ao Senado Federal o termo de sua posse na Presidência da República — onde está explicita a duração do mandato, seis anos, de acordo com a atual Constituição — "o Presidente nada mais fez do que instrumentalizar-se para um recurso que impedirá junto ao Supremo Tribunal Federal — STF — caso haja necessidade. "A guerra para a qual o presidente Sarney se municiará entre o Legislativo e o Judiciário. Tudo direitinho, dentro da Lei" acrescentou a autoridade.

PACIÊNCIA ESGOTADA

Pela avaliação desta fonte, embora o Presidente esteja tranqüilo e seguro do que vai fazer, tomou a decisão de recorrer à Justiça pelo seu mandato, porque sua paciência está esgotada: "Ele chegou a abrir mão de um ano de seu governo, fez um apelo às lideranças políticas para que definissem logo esta ques-

tão. Mas sua pregação caiu no vazio e ele decidiu agir por conta própria. Não está para brincadeira e irá até às últimas consequências" garantiu a fonte.

De acordo com ela — que ocupa um dos cargos mais importantes no Palácio do Planalto — apesar de todo o espírito de conciliação e boa vontade demonstrados por Sarney não foi possível sensibilizar as lideranças políticas. "Simplesmente porque elas estão mais preocupadas com os interesses pessoais, com suas próprias candidaturas e não se preocupam com o que é melhor para o País. Por isso preferem o confronto e articulam o que pode ser classificado de golpe parlamentar", justificou a autoridade.

— Não foi o Presidente quem escolheu as armas. Foram os políticos que o acuraram e forçaram-no a enveredar por este caminho. Até porque o Governo como um todo entende que a transição não pode ser tumultuada com eleições para a Presidência da República este ano — acrescentou a mesma fonte.

O Palácio do Planalto, hoje, dispõe de um vasto e detalhado dossiê com dados que — segundo o informante — desmascaram muitos dos políticos a nível político e pessoal. Estas informações serão utilizadas no momento preciso (que a fonte não quis precisar quando) e da forma adequada. Fazem parte da nova estratégia política montada pelo presidente Sarney no último "round" na luta pela preservação de seu mandato.

Planalto pede a certidão

Chegou ao Congresso Nacional, no início da noite de ontem, o ofício do subchefe do Gabinete Civil do Palácio do Planalto para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, solicitando o fornecimento de certidão do termo de posse do presidente José Sarney. O pedido foi feito oficialmente "atendendo solicitação do Projeto Memória dos Presidentes da República" e foi requerida também a certidão da eleição do presidente Tancredo Neves pelo colégio eleitoral.

O 1º secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), a quem é dirigido o ofício, foi extremamente irônico ao comentar a justificativa do pedido: "Eu acredito piamente que a certidão se destina a um projeto cultural", afirmou Jutahy, como muitos outros parlamentares, acham que o mais provável é que a certidão se destine a ser utilizada como prova, junto ao Supremo Tribunal Federal, de que o mandato de Sarney é de seis anos e não pode ser reduzido pela Constituinte. O Presidente estaria disposto a recorrer da decisão da Assembleia e desde já estaria recolhendo municiamento para isto.

O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), esteve ontem com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, mas não quis comentar o teor da conversa. Afirmou, no meio da tarde, que a certidão não teria sido pedida oficialmente, e que só agiria se o pedido formal chegasse ao Senado. Depois que o ofício do Planalto chegou, Lucena não quis se pronunciar sobre o assunto, mas já havia dito que os documentos produzidos pelo Congresso "são públicos".

O ofício recebido ontem pela primeira secretaria do Senado já havia sido anun-

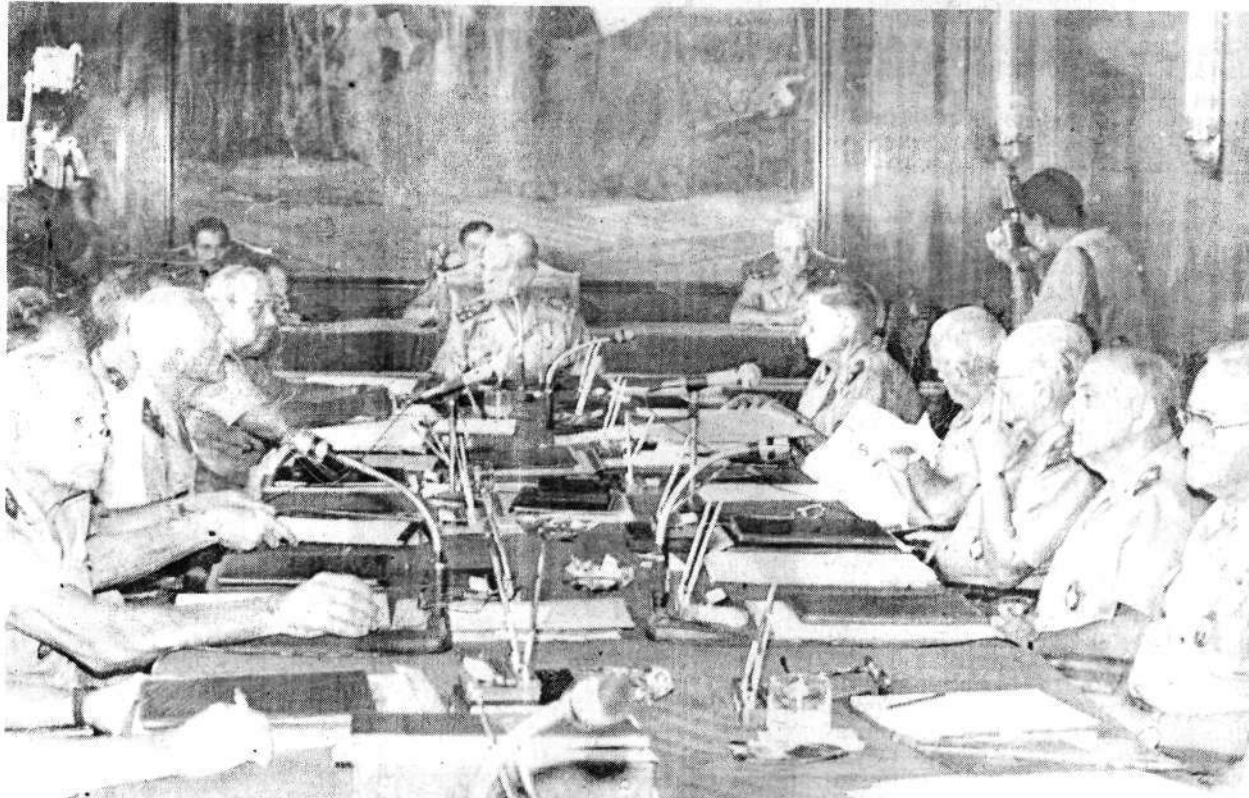
ciado anteontem através de um telefonema do mesmo Hargreaves, ao secretário-geral da Mesa do Senado, Nerione Cardoso. O tempo decorrido entre o pedido informal e a solicitação oficial da certidão serviu para armar, dentro do Congresso, uma forte reação à atitude do presidente Sarney.

A primeira crítica, e a mais contundente, partiu do senador Jutahy Magalhães, que divulgou, no início da tarde de ontem, uma nota na qual discute o poder de a Constituinte modificar as normas ditadas pela atual Constituição: "É claro que, enquanto não for promulgada a nova Constituição, tem que prevalecer o determinado pela atual" — afirma. Jutahy considera, no entanto, que "erramos os que pensamos que a Constituinte não tem poderes para modificar normas constantes da atual Carta".

"Se o Congresso, no seu período normal de trabalho, pode mudar o sistema de governo, por que não poderia fazê-lo quando reunido em Assembleia Constituinte?" — pergunta. "Quanto ao mandato, é a Assembleia Constituinte que determinará seu prazo, tanto para os futuros quanto para o atual presidente" — prossegue. "O mais" — conclui o senador — "é que quer criar uma crise institucional, desrespeitando a soberania da Constituinte, para manter no poder aqueles que o povo brasileiro hoje repudia".

Jutahy Magalhães não deixou também de fazer críticas diretas à pessoa do Presidente: "No seu programa de rádio, as falas do Presidente demonstram claramente que ele está trilhando um caminho perigoso, buscando um confronto que poderá nos levar a destino indesejado".

EBN



Reunião do Alto Comando no Rio: depois, o gen. Leônidas consideraria 'uma impropriedade' a eleição em 88

Leônidas: Eleições em 88 desestabilizam

Rio — As eleições presidenciais em 1988 seriam uma impropriedade. A afirmativa é do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Ele deu uma rápida entrevista logo após a reunião do Alto Comando e, embora se afirmasse "um defensor ferrenho das eleições diretas, pois elas traduzem a vontade popular", reiterou que não as aprova para este ano.

O Alto Comando do Exército normalmente se reúne em Brasília, mas ontem preferiu o Rio, pois seus integrantes — 14 oficiais gerais,

entre os principais comandantes de tropa e chefes de departamento — participaram hoje da inauguração das novas instalações da Academia Militar de Agulhas Negras. Formalmente, o tema da reunião era examinar o projeto Força Terrestre, que prevê a incorporação de equipamentos blindados e helicópteros, mas a conjuntura política acabou, claro, por ser também tratada.

A saída da reunião, o general Leônidas afirmou que preferia não comentar temas políticos, mas preferiu não se recusar a responder

às perguntas que lhe foram feitas. Assim, explicou que não quer eleições em 1988 por acreditar que o País precisa, antes de mais nada, de estabilidade. "É só vermos o que aconteceu em 1986, com as eleições gerais: o País pára", declarou.

Se forem marcadas eleições presidenciais, porém, o ministro do Exército acha que elas deveriam tornar-se gerais. "Já que o mal é feito pela metade, se é um mal necessário, que o façamos totalmente", afirmou. Elas prejudicariam, no entanto, essa estabilidade que o gene-

ral acha tão necessária. "Neste País precisamos de duas coisas: suor no rosto e muito trabalho", declarou o ministro do Exército.

O general Leônidas não quis comentar as críticas feitas pelo presidente Sarney à Constituinte, dizendo-se "sem referencial" para isso. Mas não se negou a falar dos rumores de golpe de Estado, comentados pelo ex-presidente João Batista Figueiredo e pelo senador Jarbas Passarinho. Para o ministro "são idéias, embora idéias com as quais não concordo".

Presidente acusa minoria de tornar o Brasil ingovernável

O presidente José Sarney não aceitou a trégua proposta pelo deputado Ulysses Guimarães, no último sábado, e criticou de forma contundente "a minoria agressiva e radical" da Assembleia Nacional Constituinte, porque está querendo redigir uma Constituição que vai tornar o Brasil "ingovernável". Sarney acusou o grupo de estar querendo desestabilizar o País, através da técnica de assalto ao Parlamento, para "solapar a ordem jurídica do Brasil".

Foi a mais dura crítica que o presidente Sarney fez até o momento à Constituinte, através de seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", que vai ao ar todas as sextas-feiras, às 6 horas da manhã, em cadeia



Sarney fez duras críticas à Constituinte

obrigatória de emissoras de rádio. No dia 12, Sarney reagiu contra a aprovação do sistema jurídico de que a prisão só pode ser feita em flagrante delito, ou por ordem escrita de juiz. Para ele será o caos, porque o País vai virar um império do crime e da impunidade. Já no

dia 19, ele voltou à carga e classificou de "fari-seus", os parlamentares que estão acusando o governo de não combater a corrupção.

Para o presidente Sarney, a "minoria agressiva", que ele não identificou, vem tentando criar

um clima de inquietação no País, com o principal objetivo de aumentar as dificuldades para inviabilizar o governo. O alvo, sustentou, não é o Presidente, mas "é o poder, é a Presidência é o regime, é o nosso sistema, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade".

Sarney elogiou os parlamentares que "resistem ao sacrifício", porque estão sendo alvo de denúncia à população através dos cartazes impressos pelo PT e CUT, quando votam contra uma proposta considerada progressista. Essa ação, argumentou, é "nefasta e impatriótica", porque cada constituinte deve votar segundo a sua consciência e responsabilidade.

A 'CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO'

Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui vos fala o Presidente José Sarney, em mais uma conversa ao Pé do Rádio, nesta sexta-feira, dia 26 de fevereiro de 1988.

Infelizmente eu sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática. Sinceramente desejava que estivéssemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas continua uma minoria agressiva, não representativa da Nação, a tentar criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o governo.

Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney: é o poder, é a Presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da legalidade.

Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem. Graças a Deus e para sorte do nosso País é uma minoria.

O Congresso, ao qual pertenço durante mais de 20 anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amendrá-lo, colocando seus nomes submetidos à execução pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semelham cartazes com ofensas e os apontam como traidores. Como se cada constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com as suas responsabilidades.

Tudo isso para quê? Para coagir. Para cercar a liberdade. Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às institui-

ções. E a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é de negação da lei, do Estado de Direito.

Eles tentam assenhorear-se da Constituinte, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro. Para criar o caos, julgam tomar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições.

Os poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na História do Brasil.

A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E, sim, para defender o povo.

Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o Governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes.

Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso.

Tenho dado mostras e exemplos de tolerância. Cliente, absolutamente convicto, de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito, com sacrifício — e muito sacrifício.

Sempre pensei que o regresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de

concertação, balizado por um pacto social e político que tanto me esforçei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros me ouviram falar do diálogo, da união da necessidade de junto lutarmos para atravessar dificuldades. Meu objetivo único, portanto, era e é de consolidar as instituições democráticas, o de presidir a transição e chegar ao seu final.

Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça.

Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. E meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como Presidente para erros, a fim de que sejam corrigidos. Não se deve confundir Constituinte, processo de elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem contra o processo institucional, são maneiras de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições. Mas uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição e todos estamos com vontade de ajudar para que ela seja melhorada.

Eu, pessoalmente, convoco a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. Pois sou o único que não pode sofrer esta acusação, porque o projeto que eu enviei ao Congresso Nacional, que eu assiné, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse

prazo era 4 de dezembro do ano passado. Eu dizia, no projeto que mandei ao Congresso: "o projeto da Constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa, da 4ª legislatura". Portanto, 4 de dezembro do ano passado.

Se tivessem aprovado o meu projeto, a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo. Mas não o fizeram. E acredito que por pressão de um grupo, que desejava que ela demorasse o mais possível, para acima de todos os poderes, por mais tempo, desestabilizar o País na técnica de um assalto ao Parlamento e para solapar a ordem jurídica do Brasil. Por mim, portanto, há muito tempo a Constituição já estaria concluída. Não tenho responsabilidade de quase um ano sem projeto e um regimento que teve de ser modificado para que a Constituinte pudesse andar.

Quero denunciar, portanto, mais uma vez, este clima, a pressão que fazem sobre o governo federal, sobre o Presidente da República. E uma inversão da ordem constitucional. É uma violação fora da lei, acobertada na imunidade parlamentar, Instituto de que estão se valendo, para ferir a ordem da harmonia entre os poderes da República.

Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete.

E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nesta tarefa que é uma grande tarefa patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais, com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis que desejam inviabilizar o nosso País.

Muito obrigado, bom dia e até a próxima sexta-feira.

O QUE DIZ O OFÍCIO

Brasília, 26 de fevereiro de 1988
Senhor Primeiro Secretário

Tenho a satisfação de solicitar a V.Exa. seja determinado o fornecimento de certidões de inteiro teor da eleição do Excelentíssimo Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves e Termo de Posse do Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, atendendo solicitação do Projeto Memória dos Presidentes da República.

Sendo o que se nos apresenta no momento, reafirmo os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

HENRIQUE EDUARDO PEREIRA HARGREAVES
Subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares

Excelentíssimo Senhor
Senador JUTAHY MAGALHÃES
D.D. Primeiro Secretário do Senado Federal

Supremo aguarda iniciativa

Este processo é uma hipótese e sobre hipótese não me manifesto", declarou ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, sobre a decisão do presidente Sarney de recorrer ao STF para garantir o mandato de seis anos. Os ministros do Tribunal passarão o dia evitando os reportes e chegaram a determinar que a segurança colasse seis agentes barrando a entrada do corredor que dá acesso à sala de reuniões do Conselho da Magistratura, onde estavam reunidos. Para os ministros do STF opinar sobre uma matéria em tramitação ou em vias de entrar no Supremo é o mesmo que declarar seu voto, podendo até mesmo gerar o impedimento do ministro na hora do julgamento. Caso o Palácio do Planalto

decida mesmo provocar uma posição do Supremo sobre o impedimento da Assembleia Nacional Constituinte em decidir o mandato de Sarney, a Procuradoria-geral da República terá dois caminhos para ingressar com recurso. O primeiro será enviar um mandato de segurança preventivo, no qual Sarney manifestaria um "justo receio" que a Constituinte reduza seu mandato, garantido pela Constituição em vigor.

O outro caminho que a Justiça oferece, neste caso, é o envio ao Supremo, pelo procurador-geral, Sepúlveda Pertence, de uma representação na qual pede que os ministros interpretem o texto constitucional vigente em relação aos poderes da Constituinte.